

DN debate programa de demissões

Conjunto de propostas do governo do Espírito Santo para redução de déficit causa polêmica

E MAIS...

**Servidores
federais devem
fazer reflexão p. 3**

**Entidades
negras na
greve geral p. 4**

**Rádio livre
consegue
liminar p. 5**

**Juventude
vai realizar
campanha p. 6**

**Encontro dos
núcleos no
exterior p. 7**

O Programa de Demissão Incentivada proposto pelo governo petista do Espírito Santo será tema de discussão da próxima reunião do Diretório Nacional, nos dias 6 e 7 de julho, em São Paulo. Na reunião da CEN (Comissão Executiva Nacional) de segunda-feira (10) os secretários da Fazenda, Rogério Medeiros, e da Justiça, Perly Cipriano, responderam às questões mais polêmicas do conjunto de medidas anunciado pelo governador Vítor Buaziz, entre eles o Programa de Demissão.

Para tentar reduzir o déficit de R\$ 24,5 milhões mensais, o pacote anunciado pelo governo capixaba tem, segundo a assessoria técnica do PT na Câmara dos Deputados, vários pontos positivos, mas aponta dúvidas em relação ao Programa de Demissão. O objetivo do Programa é reduzir em cerca de 30% o valor total da folha de pagamentos do Executivo, atingindo servidores estatutários e celetistas, estáveis e não estáveis, da administração direta e indireta. A proposta diverge das posições históricas do PT e deverá provocar, como admitem algumas lideranças petistas, um longo período de debates.

Na reunião da Executiva desta segunda-feira (17) participam os deputados estaduais que romperam com o governador e o deputado federal João Coser, que se manifestou na tribuna da Câmara

contra o programa lançado por Buaziz.

Em relação às críticas dos deputados petistas, a resolução da CEN do dia 10 manifesta "sua recusa a toda e qualquer qualificação que pretenda identificar o companheiro Vítor Buaziz como um governante neoliberal ou situado num campo distinto do PT". A nota declara ainda que a discussão sobre a situação do Espírito Santo, em particular sobre o conjunto de propostas do governo, está aberta no conjunto do Partido até a próxima reunião do Diretório Nacional.

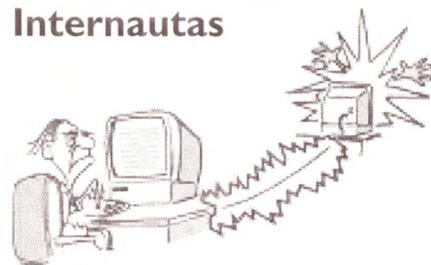
Para acompanhar o debate partidário naquele estado, a CEN indicou o secretário geral nacional, Cândido Vaccarezza, e o primeiro vice-presidente do Partido, Luiz Dulci. Além disso, a resolução determina a constituição de um fórum composto pelo governador Vítor Buaziz, pelo presidente do PT, José Dirceu, pelo presidente do DR/ES, pelos líderes do PT no Senado e na Câmara dos Deputados, além dos líderes do Partido e do governo na Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

A resolução da CEN lembra, também, que a Executiva Estadual do PT-ES deliberou, em primeira instância, a respeito das medidas do governo, o que significa que, para todos os efeitos, o partido tem posição firmada sobre a questão, até outro posicionamento de instância superior.

GREVE GERAL



Internautas



PPP, TCP/IP, SLIP. Que bicho é esse? O que a Internet ou qualquer outro tipo de rede faz, basicamente, é possibilitar o fluxo de dados de um computador para outro. Essa troca acontece através do uso de um conjunto de convenções denominado *Protocolo*. PPP, TCP/IP, SLIP são, portanto, tipos de Protocolos utilizados pelas redes, permitindo que os computadores *dialoguem* e troquem dados. Então, da próxima vez que encontrar um PPP ou um TCP/IP andando pela cidade, sem destino, cumprimente-o, pois você já o conhece.

Errata: A indicação correta do livro indicado na edição passada é: Levine, John R. & Baroundi, Carol - *Internet para Leigos*. Editora Berkeley, São Paulo, 1995.

Endereços & Mail

PT/N: ptbrasil@ax.apc.org - PT/RS: <http://www.pt-rs.org.br> - pt-rs@portoweb.com.br - **Instituto Cajamar:** inca@ax.apc.org - **Instituto Cidadania:** Instituto.Cidadania@mandic.com.br - **Movimento Nacional de Luta pela Moradia:** mnfm.sam@mail.cultura.com.br - **Universidade de São Paulo** <http://www.usp.br> - **Museu Histórico Nacional** <http://www.visualnet.com.br/mhn/>

Sindicalismo deve fazer reflexão

Este ano, a rota traçada pelo governo para aprovação da emenda da Previdência e da que trata da Reforma Administrativa, não é muito diferente daquela definida para aprovação das emendas que alteraram, no ano passado, diversos capítulos da Ordem Econômica da Constituição. Com o apoio da mídia, quebrou furiosamente o movimento dos petroleiros e aprovou a quebra do monopólio estatal do petróleo, no Congresso Nacional, submetendo-se, servilmente, aos lobistas do cartel petrolífero internacional.

Submisso, agora, aos lobistas da assistência privada à saúde e aos interessados na destruição do Estado, FHC ini-

ciou 1996 disposto a não atender qualquer reivindicação dos servidores federais e desconsiderando seus direitos legais, apoiado pelo Judiciário, como a data-base em janeiro.

Sem reajuste salarial, e em franco processo de pauperização por conta de 18 meses de congelamento salarial, humilhados, o funcionalismo promove um movimento grevista a partir de 9 de abril que, forte no início, hoje prossegue apenas localizadamente, como é o caso dos professores universitários.

Além de lutar pelo reajuste salarial, o movimento se opõe a absurdos como a nova LDB, que altera radical e pernicio-

samente a qualidade do ensino em todos os níveis, assim como o fim dos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Apesar da ação dos parlamentares do PT, como sua solidariedade durante a ocupação do Ministério da Fazenda e a insistência para que o governo abrisse negociações, cabe constatar que o tratamento autoritário para derrotar a greve foi apenas uma faceta do método “rolo compressor” usado para aprovar, no Congresso, as medidas neoliberais anti-povo. Dessa forma, é exigida profunda reflexão do movimento sindical sobre esse enfrentamento com o governo.

Deputada Maria Laura (PT-DF): (061) 318.3475

Posseiros devem ser reassentados

Representantes dos povos Tembé, Timbira e Kaapor, da reserva do Alto Rio Guamá (PA), e dos posseiros da área criaram comissão para estudar o assentamento das 1.300 famílias invasoras.

Esta decisão foi tomada no dia 4 passado, depois de negociações mediadas pela Funai, Procuradoria da República, Ministério da Justiça e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará.

A Funai denunciou que “autoridades municipais” estariam insuflando novos posseiros a entrarem na área, para exploração – ilegal – de madeira.

Cimi: (061) 225.9457

21
de
junho

GREVE GERAL
21 de Junho

Por mais empregos

Por melhores salários
Pela reforma agrária
Por uma aposentadoria digna
Pelo direito à vida

Entidades negras apóiam greve



Representantes de 19 estados participaram, de 5 a 9 passados, em Salvador (BA), do Seminário Nacional de Entidades Negras, promovido pela Conen – Coordenação Nacional de Entidades Negras – e organizado pelo Fórum de Entidades Negras da Bahia.

Entre os pontos discutidos esteve a avaliação da atuação política da Conen e a definição de estratégias e táticas para sua atuação. Também foram debatidas a organização das comunidades negras rurais e as propostas para o II Encontro Nacional e o I Congresso Brasileiro de Entidades Negras e

avaliado o movimento de mulheres negras no Brasil e nas Américas.

Entre as resoluções está a participação das entidades na greve geral do dia 21, a definição da delegação para o II Encontro Afro, Latino e Caribenho de Mulheres Negras (julho, na Costa Rica) e o desencadeamento das campanhas contra a violência doméstica e pela paternidade responsável e pelo voto em candidatos negros comprometidos com a luta anti-racista e a oposição ao projeto neoliberal. Para o mês de novembro ficou marcada a Jornada Nacional de Combate ao Racismo e por Terra, Educação e Trabalho.

Secretaria Nacional de Combate ao Racismo: (011)

223.7999 ramal 226

PT-DF busca sua memória

A Comissão de Cultura do PT-DF está realizando a campanha Resgate da Memória, objetivando a constituição do Arquivo Histórico do Partido no Distrito Federal.

A campanha pretende obter doações de textos, folhetos, jornais, revistas, livros, recortes, fotografias, camisetas, bandeiras, adesivos, broches e outras formas de registro dos momentos da criação e de crescimento do Partido no DF.

A intenção é colocar o Arquivo à disposição de pesquisadores, estudantes e interessados na história do PT.

PT-DF/ Comissão de Cultura: (061) 225.5103



Custo: R\$ 2,20 por ligação de 90"

O U Ç A

2ª feira: a palavra dos nossos líderes no Senado e na Câmara Federal

3ª feira: mensagem do presidente José Dirceu

4ª feira: o recado dos movimentos sociais

5ª feira: a orientação da Executiva Nacional

6ª feira: a palavra de Lula

sábado: intelectuais, artistas e personalidades do PT

domingo: a história do Partido

Maria Lúcia Petit é sepultada

No mesmo dia em que foi fuzilada por tropas do Exército (16 de junho), 24 anos depois, os restos mortais de Maria Lúcia Petit da Silva foram trasladados para Bauri (SP), para serem sepultados.

Maria Lúcia foi a primeira dos 78 desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, no sul do Pará, a ser identificada. Sua ossada foi encontrada num cemitério de Xambioá (na região de atuação da guerrilha), em 1991, por familiares de mortos e desaparecidos do Araguaia e membros da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, além de legistas da Unicamp.

No entanto, ficou sem reconhecimento até este ano. A identificação foi tornada

possível a partir de fotos publicadas em uma série de reportagens veiculadas a partir de 28 de abril pelo jornal O Globo.

Entre as fotos de presos e mortos no Araguaia, fornecidas por um militar que participou da repressão à guerrilha, a família identificou Maria Lúcia morta e detalhes idênticos aos encontrados na ossada de Xambioá.

A confirmação foi, afinal, feita pelos dentistas Jorge H. Tanaka e Benedito B. de Moura, que a haviam tratado em 1967, com o exame da arcada dentária, além da comparação das fotos com os despojos encontrados em 1991 e que permaneceram na Unicamp.

ITR: documento exige cobrança

Uma comitiva composta pelo secretário agrário nacional, Geraldo Pastana, parlamentares do PT e dirigentes do MST entregou no Palácio do Planalto, na 4ª feira passada (12), pedido para o reinício da cobrança do ITR (Imposto Territorial Rural) e a divulgação dos nomes dos seus 200 maiores devedores, com o corte imediato de créditos e a decretação de prisão administrativa.

A cobrança do ITR foi suspensa pelo governo em março, por pressão da bancada ruralista, quando a maioria dos pequenos proprietários já haviam pago e 99,7% dos donos de áreas superiores a 48 mil ha. ainda estavam em débito.

A não cobrança do ITR representa uma renúncia fiscal, somente para este ano, da ordem de R\$ 1,48 bilhão, enquanto o orçamento do Incra é de R\$ 1,2 bilhão.

Por outro lado, circulou a informação de que está sendo programada para o período de 23 a 27 de junho, em Belém (PA), a realização de um congresso da Justiça Militar, tendo como possível objetivo a articulação de um lobby contra o projeto do deputado Hélio Bicudo (PT-SP) que transfere para a Justiça comum o julgamento de crimes cometidos por policiais militares.

Secretaria Agrária Nacional: (011) 223.7999
ramal 244

Rádio livre consegue liminar

O Ministério das Comunicações tenta silenciar as rádios livres comunitárias, mas a Justiça vai reconhecendo o direito permanecerem em funcionamento.

O juiz Celso Bedin, da 1ª Vara Federal de Santos (SP), em 28 de maio passado, concedeu liminar (em medida cautelar inominada) à *Linha Um - Rádio 97 FM*, ordenando a restituição “dos equipamentos apreendidos, deslacrando-se a antena de transmissão e tolerando-se o funcionamento da emissora de rádio, até ulterior deliberação deste juízo”.

A Rádio 97 FM é mantida pelo Instituto Comunitário Ecológico Educativo e Cultural Linha Um, do muni-

cípio de São Vicente, e teve sua antena lacrada e o transmissor e outros equipamentos apreendidos por fiscal do Ministério, que lavrou *Termo de Interrupção e Recolhimento*.

O juiz assume como fundamento da concessão da liminar o princípio da liberdade de pensamento e de expressão constante na Constituição Federal (art. 5º – incisos IV, V, IX, XII e XIV – e art. 220 a 224), “que não pode ser agravado por vias ou meios indiretos” (conforme o constante no art. 13 do Pacto de São José da Costa Rica, incorporado ao Direito interno pelo Decreto nº 678, de 9/11/92).

Secretaria Nacional de Comunicação:
(011) 223.7999 ramal 232

ASSENTAMENTO – Na 6ª feira passada, o governador Cristóvam Buarque (PT) entregou a lideranças de sem-terra do Distrito Federal um plano para o assentamento de cerca de 2 mil famílias. A intenção é garantir que terras entregues em pagamento de dívidas sejam transferidas aos trabalhadores rurais sem-terra, agilizando as negociações entre proprietários de terras com dívidas bancárias, os bancos, o Incra e os sem-terra. **Governo do Distrito Federal: (061) 316.4108**

CONSUMIDOR – O governo petista do Espírito Santo foi a primeira administração estadual do País a instalar um Centro Integrado de Defesa do Consumidor, agrupando num mesmo local o Procon estadual, Ministério Público, um Juizado Especializado e a Delegacia Especializada de Defesa do Consumidor. **Centro Integrado de Defesa do Consumidor: (027) 322.0733**

FORO DE SÃO PAULO – O secretário de Relações Internacionais do PT, Marco Aurélio Garcia, esteve em Havana, neste domingo e 2ª feira (17), participando da reunião do grupo de trabalho do Foro de São Paulo, preparatória de seu VI Encontro, que vai ocorrer em Salvador (BA) de 24 a 26 de julho deste ano. **SRI: (011) 223.7999 ramal 236**

INDÍGENAS – A diminuição das terras indígenas, os problemas causados pelas invasões de posseiros e garimpeiros e a lentidão na demarcação destes territórios foram os temas debatidos na 3ª feira, dia 11, no seminário O Estado e os Povos Indígenas, promovido pelo Cimi e a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias das Câmara dos Deputados. **Cimi: (061) 225.9457**

Conferência debate corrupção

O Programa de Combate à Corrupção, do Instituto Cidadania, realiza em 24 e 25 de junho, em São Paulo, uma Conferência Internacional, para finalizar o ciclo de debates iniciados há cinco meses.

O Programa, que pretende recolocar na agenda nacional o problema da corrupção e da impunidade, é coordenado por José Dirceu, presidente do PT, Aristides Junqueira, ex-procurador geral da República, jurista José Paulo Bisol, professor Modesto Carvalhosa e advogado Márcio Thomas Bastos.

A Conferência vai discutir a corrupção como modalidade do crime organizado internacional, debatendo experiências norte-americanas, européias e latino-americanas.

Entre os debatedores estão o juiz Giuliano Turone, de Milão, que participou da Operação Mãos Limpas; o presidente do Instituto Latino-Americano de Combate à Corrupção, Juan Carlos Faidutti; o senador venezuelano Freddy Muñoz, que falará sobre o impeachment do ex-presidente Carlos Andrés Peres; o coordenador da organização argentina Poder Ciudadano, Luis Moreno Ocampo; o diretor do United States Information Service (USIS), Carl Howard, abordando o controle sobre o sistema financeiro nos Estados Unidos; e a diretora da seção norte-americana da Transparência Internacional, Nancy Zucker Boswell.

Instituto Cidadania: (011) 915.7022

Gays comemoram Dia Internacional

Grupos organizados do movimento gay preparam-se para comemorar, em 28 de junho, o Dia Internacional do Orgulho Gay. A data originou-se nos Estados Unidos, onde, em 1969, o movimento homossexual foi violentamente reprimido no bar Stonewall, em São Francisco.

O Núcleo de Gays e Lésbicas do PT estará participando das festas e comemorações brasileiras. No Rio de Janeiro haverá uma passeata e em São Paulo acontecerá, a partir das 18h, uma festa na Praça Roosevelt, centro da capital.

Núcleo de Gays e Lésbicas do PT-SP: (011) 259.8411

(Beto)

Juventude promove campanha nacional

A inserção do jovem no mercado de trabalho e o direito à educação e cultura são alguns dos temas a serem discutidos no lançamento da campanha *Juventude Sem Medo de Mudar*.

A campanha pretende debater os conceitos da juventude numa sociedade consumista e individualista, a valorização do voto e o acesso dos jovens à cidadania.

Marcado para 28 de junho, em São Paulo, o evento terá uma programação político-cultural, com a participação de lideranças partidárias e do movimento popular e sindical.

Secretaria Nacional de Juventude: (011) 223.7999 ramal 237



Boletim semanal do Diretório Nacional do PT

Assinatura
anual: R\$ 50,00 à vista
ou uma de R\$ 20,00
mais duas de R\$ 15,00

Para fazer sua assinatura, ligue para a Secretaria Nacional de Comunicação: (011) 223.7999 ramal 230 (Lia/Chico Macena)

PT em encontros internacionais

O ex-presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, participou, nos dias 13 e 14, do debate *Mobilização Nacional para Atuação Internacional, um Programa dos Trabalhadores para a Solidariedade Global*, em Gotemburgo (Suécia), na reunião do comitê da Federação Internacional dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica.

Nos dias 14 e 15, o deputado Tilden Santiago (PT-MG) esteve em Havana, em seminário de parlamentares promovido pelo Foro de São Paulo e pela Comissão de Partidos Políticos da América Latina.

Secretaria de Relações Internacionais:
(011) 223.7999 ramal 236

Justiça para os sem-direitos



O PT e o MST, em articulação com outras entidades nacionais, organizações de direitos humanos da França e o núcleo do Partido em Paris, estão preparando a campanha internacional *Justiça para os Sem-Direitos*.

A campanha objetiva a manifestação de solidariedade aos sem terra, sem teto, índios e meninos e meninas de rua, entre outros segmentos atingidos pela exclusão social no País. Essa manifestação seria feita com o envio de envelopes, do mundo inteiro, con-

1º Enptex vai ser em Portugal

Os petistas no exterior vão realizar seu primeiro encontro em Lisboa (Portugal), de 4 a 7 de dezembro. Vai ser o I Enptex (Encontro de Núcleos do PT no Exterior).

Além do presidente nacional do Partido, José Dirceu, do ex-presidente e membro do DN Luiz Inácio Lula da Silva e do secretário de Relações Internacionais, Marco Aurélio Garcia, devem participar do I Enptex os membros dos núcleos, representantes de organizações de solidariedade internacional e prefeitos petistas. Serão convidados os parlamentares e os Diretórios Regionais do Partido.

Também está sendo negociado com uma agência de viagens, que opera em Portugal e no Brasil, um pacote incluindo a participação no Enptex e visitas a cidades européias com experiências de administração por partidos de esquerda.

A organização do Encontro tem a responsabilidade de todos os núcleos do Partido no exterior, com a coordenação local do Núcleo de Lisboa. As sugestões de temas e de nomes para participarem das mesas como expositores ou debatedores devem ser encaminhadas, até 31 de julho, à Secretaria de Relações Internacionais, em São Paulo.

tendo terra de cada país, para a caixa postal nº 61124, CEP 05071-970, São Paulo – SP.

Possivelmente em 17 de abril, data do massacre de Eldorado do Carajás, a terra recolhida seria depositada em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília, em um ato público com representantes de partidos e entidades sindicais, dos movimentos populares e de direitos humanos nacionais e de outros países.

O lançamento da campanha está sendo articulado para ocorrer em Lyon, França, no final deste mês, no encontro paralelo do Grupo dos 7, com a presença do presidente do PT, José Dirceu.

Secretaria Agrária Nacional: (011) 223.7999 ramal 244



Você não precisa ter conta no Bradesco.

Cartões PT Bradesco Visa

Procure o diretório de sua cidade.
Agora é ele que ganha com os cartões.
Ou ligue para o Diretório Nacional:
(011) 222 1689 ramal 225

- **17 de junho** – Encontro Regional de Saúde do PT-DF. Brasília, sede regional do Partido
- **19 de junho** – Ato Nacional de Adesão à Greve Geral. Brasília
- **19 a 21 de junho** – Seminário *Democracia e Políticas Sociais*. Instituto Cajamar
- **20 de junho** – PT na TV: programa nacional
- **20 a 22 de junho** – Seminário *Planejamento para o Gênero e Governo Local*, promovido pela Secretaria Nacional de

Mulheres. Belo Horizonte(MG)

• **21 de junho** – **GREVE GERAL**

• **21 a 23 de junho** – Capacitação em

Programa de Governo para Região Norte 2 (AC, AM e RO). Manaus (AM)

• **24 e 25 de junho** – Conferência Internacional do Programa de Combate à Corrupção, promovida pelo Instituto Cidadania. São Paulo, Hotel Pan

Plano Nacional de Emergência

Calendário de Mobilização

Junho

• **25** – Dia do Trabalhador Rural

Agosto

• **12** – Tribunal da Terra (PUC-SP)

Americano

• **28 de junho** – Dia Internacional do Orgulho Gay. São Paulo: at-festa na Praça Roosevelt

• **28 a 30 de junho** – I Seminário da CUT-MG Contra o Racismo. Belo Horizonte, Sítio da Fetaemg

• **28 a 30 de junho** – Encontro Regional Extraordinário do PT-DF

• **29 de junho a 5 de julho** –

Semana de Belo Horizonte em Havana (Cuba), promovida pela Prefeitura de Belo Horizonte, Associação Cultural José Martí e Instituto Cubano de Amizade com os Povos

• **30 de junho** – Último dia para os encontros estaduais de sindicalistas do PT

• **5 de julho** – Conferência Estadual do PT-RS. Porto Alegre

• **5 de julho** – Reunião do Coletivo da Secretaria Agrária Nacional. São Paulo, GTE

• **6 e 7 de julho** – Reunião do Diretório Nacional. São Paulo



Rua Conselheiro Nébias, 1052, Campos Elíseos, São Paulo (SP) — Cep 01203-002

Reunião do Diretório Nacional de 13/12/1996

I. APRESENTAÇÃO

Com a presença de 68 membros, o Diretório Nacional (DN) do PT reuniu-se em 13 de dezembro de 1996, com uma pauta de três pontos: Conjuntura, Avaliação das Eleições e Espírito Santo. Ao final, os integrantes da chapa Socialismo e Democracia apresentaram posição, pleiteando que os cargos na CEN a que os integrantes da mesma têm direito serão preenchidos nesta reunião. Os nomes indicados são os seguintes: Iriny Lopes, Sônia Hipólito, Arlindo Chinaglia, Jorge Almeida, Markus Sokol, Joaquim Soriano, Sávio Bones e Neide Aparecida da Silva. Como esta discussão não estava pautada para a reunião, foi encaminhado por consenso que os nomes indicados já poderão participar da próxima reunião da CEN, no dia 20/01/97; até essa data, as demais chapas deverão indicar os nomes que continuarão na CEN e a próxima reunião do Diretório Nacional, nos dias 1 e 2 de fevereiro de 1997, aprovará a nova composição da CEN.

O secretário de Comunicação e Cultura, Gilberto Carvalho, deu informe, notificando ao DN que o PT está na Internet desde junho de 96. Até meses a home page era experimental e agora é definitiva. Funciona 22 horas por dia e pode ser acessada de qualquer parte do mundo. O *Linha Aberta* e *pt notícias* estarão disponibilizados a partir da próxima semana.

2. CONJUNTURA

I - Introdução

1. Em reunião anterior, o Diretório Nacional aprovou a resolução "As eleições municipais e as perspectivas para o segundo turno". Nela, analisa a conjuntura nacional à luz do resultado de 3 de outubro e aponta rumos para a disputa de 15

de novembro. É nosso ponto de partida para esta avaliação geral. São as seguintes suas principais conclusões a respeito do resultado do primeiro turno:

2. O 3 de outubro foi uma vitória eleitoral, política e moral do PT, atribuída em particular aos militantes, candidatos e demais

lideranças petistas e representou a abertura de possibilidades reais de vitória nas 11 cidades em que passamos para o segundo turno;

3. O DN avaliou que houve um enfraquecimento do governo, refletindo tendência presente na sociedade e constatou o surgimento de uma fissura à direita dentro do campo conservador que governa o país, com Maluf tentando criar uma alternativa própria visando sua candidatura à presidência da República em 1998;

4. Na sua avaliação, o DN destacou o papel do Modo Petista de Governar (MPG) no resultado eleitoral do primeiro turno, propondo sua valorização como forma local de enfrentamento do projeto neoliberal; mostrou que, ao lado da crítica aberta à política global do governo, o PT foi capaz de apresentar

alternativas concretas e viáveis ao neoliberalismo em todo o País; reafirmou a necessidade de não deixar diluir nossas propostas na vala comum onde impera a demagogia;

5. Constatou a precariedade dos recursos e da organização partidária e seu peso no resultado eleitoral, lembrando o esforço da direção partidária empenhada em reforçar o conjunto das nossas campanhas, através da manutenção do Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE) e da presença de lideranças, de apoio jurídico e financeiro, de contribuições na área de comunicação;

6. Criticou duramente as divisões internas, apontando seus prejuízos ao Partido, e conclamou o coletivo partidário à mobilização para a vitória no segundo turno;

7. Rearticulou a política

de alianças para o segundo turno, estabelecendo critérios políticos para nosso apoio a outros partidos e lembrando da necessidade de o PT preservar sua identidade política e programática, na oposição ao projeto neoliberal de FHC;

8. Finalmente, manifestou-se especialmente sobre a campanha em São Paulo, opinando pela necessidade da polarização com Celso Pitta, com base na oposição entre o MPG e o modo malufista de governar, pela necessidade de realizar uma campanha com forte marca partidária e popular, e reformular a estratégia de comunicação, entre outras observações.

Estes são os pressupostos para a avaliação que faremos a seguir dos resultados de 15 de novembro e da conjuntura.

II - BALANÇO DO SEGUNDO TURNO

9. No balanço final do segundo turno, o PT elegeu os prefeitos de Belém e Caxias, venceu em Belo Horizonte com Célio de Castro, do PSB, que apoiou no segundo turno, e em São

Luiz, com Jackson Lago, do PDT, com quem coligou-se desde o primeiro turno. Disputou voto a voto na maioria das demais cidades em que concorreu. Foi o segundo partido mais votado no total das 31 cidades que tiveram segundo turno, com 18% dos votos. Foi literalmente roubado em Campo Grande e, em boa parte fruto de divergências internas, amargou derrota em Santos, do mesmo modo que em Diadema, no primeiro turno. Em Aracaju, Maceió, Natal, Ribeirão Preto, Florianópolis e Pelotas perdeu por diferenças mínimas.

10. A derrota de São Paulo tem caráter não apenas eleitoral, mas também político. A campanha majoritária da capital – a despeito do valor dos candidatos – dividiu o partido e turvou sua identidade, tirando-lhe a coesão e o ímpeto necessários para um embate de tal envergadura. Faltou unidade, cometeram-se erros políticos na linha de campanha, como a adoção do slogan “o PT que diz sim”, a colocação da imagem de FHC na

TV, a indefinição quanto ao PAS, resultando num certo afastamento da militância. Esta derrota precisa ser avaliada também numa perspectiva mais ampla. Ela remonta à ausência de uma oposição qualificada ao governo Maluf. Um movimento que não se limitasse aos vereadores petistas e aos partidos aliados e que tivesse se afirmado desde o primeiro dia da gestão malufista à frente da prefeitura da maior cidade do país. Sem isso, a capacidade de polarização política do Partido ficou enfraquecida, deixando Maluf relativamente à vontade para acumular condições eleitorais favoráveis ao longo de sua administração.

III - RECONHECER E CORRIGIR ERROS

11. Um balanço do processo eleitoral coloca também para o Partido, e suas instâncias diretivas, entre elas o próprio Diretório Nacional, a necessidade de acabar com o personalismo político, onde quer que tenha se manifestado, e as violações da democracia partidária na condução das

prévias e das campanhas.

12. Coloca ainda a urgência de os DMs e DRs, com base em sua experiência específica, aprofundarem a avaliação da nossa política de alianças e tática eleitoral de primeiro e segundo turnos, e refletirem sobre as posições adotadas em Belo Horizonte, Recife, Feira de Santana, Niterói, e outras cidades, onde fomos incapazes de realizar alianças no interior do bloco democrático e popular.

13. Este balanço, a ser reproduzido pelos diretórios municipais e regionais, precisa também esclarecer os motivos pelos quais perdemos em tantas cidades que governávamos, apesar da boa avaliação das nossas administrações; precisa mostrar onde erramos ao enfrentar em cada situação específica o “discurso social” populista da direita; mostrar por que em alguns lugares perdemos a perspectiva da disputa da hegemonia, que não se limita a administrar bem ou desenvolver propaganda do MPG; por que em outros não conseguimos articular forças sociais e um

campo majoritário capaz de ganhar as eleições da direita local.

14. Também não se pode deixar de avaliar por que, em muitas cidades, não conseguimos superar nossa fragilidade orgânica e financeira.

15. Neste balanço, será preciso ainda cobrar responsabilidades pelo eleitoralismo que nos levou a alianças com partidos de direita, apesar da posição intransigente da CEN, manifestada em resolução de 16/09/96, que mandava publicar resolução anterior do DN proibindo coligação com PPB, PFL, PL e PTB; apesar de sua decisão da mesma CEN de rejeitar, em nível de recurso, 22 coligações em todo o País; apesar das intervenções diretas da Secretaria Nacional de Organização em 46 diretórios municipais para impedir que fossem realizadas coligações fora do arco definido pelo nosso X Encontro Nacional.

16. Mas, ao admitir nossas debilidades, não se pode deixar também de contestar um certo unilateralismo da crítica feita ao Partido. Não é verdade que tenha predominado no Partido uma política refratária às alianças. Basta

lembrar que elegemos 142 vice-prefeitos petistas em chapas cujos prefeitos são de outros partidos. Se não fizemos aliança com o PSB em Natal e apoiamos o PDT em São Luiz, foi porque nestas cidades o PSB aliou-se ao PFL e ao PPB, respectivamente. É bom não esquecer que o PSB lançou candidatos contra as esquerdas em Olinda, Porto Alegre, Ribeirão Preto e São José dos Campos. Além disso, aliado a partidos de direita, disputou e venceu o PT em Diadema e São Vicente. Se é verdade que não aceitamos apoiar Célio de Castro no primeiro turno, em Belo Horizonte, a recíproca é verdadeira em Maceió, onde a ex-vice-prefeita, candidata do PT, não recebeu apoio do prefeito do PSB. No segundo turno, o PT não vacilou em apoiar Célio de Castro e Seraphim Correa, este em Manaus.

17. Também não é verdade que o PT a partir de agora foi reduzido à condição de força de oposição. Pelo contrário. Governamos 115 cidades e somos vice de 142 outras. Neste quadro, vamos dar conti-

nuidade ao modo petista de governar, realidade consagrada para eleitorados importantes como o de Porto Alegre, onde estamos conseguindo materializar, no plano local, o MPG como alternativa ao neoliberalismo nacional. Praticamente dobramos os número de vereadores do Partido, ampliando nossa integração institucional em vários municípios. Nossa atuação no Legislativo, deve ser acompanhada e reforçada pela direção partidária como instrumento de consolidação da democracia, de apoio aos movimentos sociais e, principalmente, da divulgação do nosso modo de fazer política e governar.

18. A tentativa de imputar ao PT a absoluta incapacidade de coesão interna também precisa ser qualificada. Ninguém esconde a gravidade das divisões e divergências internas, particularmente nos casos de Santos, Diadema e Londrina. Mas a regra não foi a divisão, e sim a unidade, inédita no panorama partidário nacional. Esta unidade foi decisiva na viabiliza-

ção dos resultados positivos do primeiro turno e fundamental na sustentação de uma campanha nacional solidária, com distribuição de recursos partidários, inclusive financeiros, e agenda de lideranças nacionais, realizada a partir de prioridades aprovadas pelo Diretório Nacional. Foi este espírito de unidade e de respeito às instâncias que prevaleceu na posição de apoio político e material à campanha do Rio de Janeiro, apesar da discordância da CEN em relação à tática eleitoral na cidade. Também o princípio da unidade foi quem garantiu o funcionamento harmônico e eficiente do GTE, responsável pelo fornecimento de subsídios materiais, políticos, de propaganda e de informação às três mil campanhas eleitorais petistas espalhadas por todo o País e que custaram ao Diretório Nacional pelo menos um milhão de reais desde o início de 1996, quando começamos a organizar a Conferência Nacional Eleitoral. Uma pequena parte desses recursos (menos de 5%) é resultado das poucas e honrosas contri-

buições ao Funam (Fundo Nacional de Apoio às Eleições Municipais), criado pelo DN de fevereiro.

19. Também é equivocada a crítica de que o PT vai ficar isolado e perder seu impulso político devido aos resultados de 15 de novembro. Pelo contrário. Para além da disputa de cargos, o PT se credenciou para pedir à sociedade um voto na legenda em 1998 para que se eleja executivos e um Congresso Nacional éticos, renovados, populares e democráticos, sem o peso do conservadorismo, do poder econômico e do fisiologismo.

IV - MUDANÇAS NO QUADRO POLÍTICO

20. O resultado das eleições introduz alterações importantes no quadro político nacional, muito embora seja difícil apontar vencedores e vencidos. A arrogância do governo, que esperava vitória consagrada, ainda em nome da estabilização alcançada pelo Real, acabou nas derrotas arrasadoras de Belo Horizonte e São Paulo, onde FHC investiu pessoalmente

seu prestígio político nos nomes de Amílcar Martins e Serra. Portanto, apesar de eleger os prefeitos de Cuiabá, Goiânia, Teresina e Vitória e, em nível nacional, ter aumentado o número de prefeituras sob seu controle, é inquestionável que o governo sai enfraquecido, deixando espaço à construção de uma alternativa de oposição.

21. A contabilidade dos votos, em muitos casos, favorece os partidos da base governista. O PMDB obteve vitórias isoladas. Conquistou Rio Branco, Fortaleza, João Pessoa e Aracaju, além de roubar em Campo Grande, mas perdeu unidade, importância e peso no país. O PFL, ao vencer em três capitais importantes, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, além de Macapá, cresceu e se fortaleceu dentro do bloco conservador, em detrimento do PSDB. O que mais se destaca é a cisão do bloco conservador aberta por Maluf, que além de vencer em São Paulo conquistou também Florianópolis, Manaus e Palmas. Para o PPB, o que conta, acima de tudo, é a

decisão de transformar os resultados favoráveis que alcançou em alavanca da candidatura de Maluf à presidência da República, com uma plataforma econômica "liberal" proposta por Delfim Neto. Até onde se trata de uma disputa pelo poder ou de um caminho diferenciado para os mesmos objetivos da modernização neoliberal ainda veremos. A consequência mais imediata é o posicionamento de Maluf contra o projeto de reeleição de FHC.

22. Igualmente digna de nota é a aproximação de Itamar Franco e Ciro Gomes da luta contra a reeleição e de algumas das teses da oposição: Ciro Gomes, ao se identificar com a luta contra o Proer, o uso de medidas provisórias e a política de juros altos; e Itamar, ao manifestar-se contra a privatização da Vale do Rio Doce. Esses posicionamentos podem favorecer em muito a ampliação da luta contra o projeto conservador do governo.

23. O PT valoriza realisticamente todas essas mudanças no quadro político

nacional. Atuará no sentido de transformá-las em saldo político para o projeto democrático popular que coloca a necessidade de construir um projeto político alternativo para 98, centrado na luta contra o neoliberalismo de FHC e contra o populismo de direita malufista. Por isso mesmo, trabalhará pela unidade de forças contra o governo e sua política, articulando alianças pontuais com diversos segmentos sociais e contribuindo para consolidar o bloco democrático e popular em todos os níveis, parlamento, movimentos sociais organizados, e com a disputa de hegemonia na sociedade. Discordamos da proposta da frente anti-malufista.

V - A QUESTÃO DA DEMOCRACIA

24. As recentes eleições municipais reafirmaram que a questão democrática permanece na ordem do dia em nosso País. Solução para problemas como o do financiamento das campanhas eleitorais, limites de gastos e sua fiscalização, papel dos meios de comu-

nicação e papel dos institutos de pesquisa, entre outras, é crucial para o aprofundamento da democracia no Brasil. A urna eletrônica representa um avanço, mas a democracia não decorre automaticamente da modernização técnica.

25. Os meios econômicos ilimitados utilizados por certos partidos, em quase todas as cidades importantes, criaram uma situação de desigualdade absoluta entre candidatos, muitas vezes decisiva para o resultado das eleições. O PT foi um dos partidos mais prejudicados. Em cidades como Rio Branco e Campo Grande, o papel do poder econômico tornou-se evidente. Em outras, ficou dissimulado, ainda que igualmente decisivo. A desigualdade entre as campanhas de Pitta e Luiza Erundina, em termos de recursos, por exemplo, foi brutal. Na Bahia, o esquema de poder, do dinheiro, da mídia, da chantagem e da corrupção comandado por ACM transformou as eleições em Salvador, e em outras cidades, um simulacro de democracia.

VI - OBJETIVOS

PARA 97

26. *Com base na avaliação geral das eleições e da conjuntura nacional, o PT fixa, para 1997, ano do XI Encontro Nacional, os seguintes objetivos políticos:*

27. Intensificar sua oposição ao governo FHC, através da mobilização política e social centrada nas campanhas pela retomada do crescimento econômico, geração de empregos com reforma agrária e distribuição de renda, contra a reeleição de FHC, a privatização da Vale do Rio Doce e eliminação de direitos sociais dos trabalhadores;

28. Sobre a reeleição, do modo como vem sendo encaminhada e articulada pelo governo e seus líderes no Congresso Nacional, representa o fortalecimento dos instrumentos autoritários do Poder Executivo. Além disso, a reeleição reforçaria o uso da máquina administrativa nos processos eleitorais, uma vez que os atuais ocupantes de cargos não se desincompatibilizariam. A nossa oposição se fundamenta também na defesa de reformas democráticas e de uma outra

agenda de prioridades. Para enfrentar o casuísmo da reeleição dos atuais governantes, o PT defenderá a tese do referendo popular.

29. Para alcançar estes objetivos, o PT vai dedicar-se a articular os petistas nos movimentos sociais; vai dar sua contribuição para o equacionamento dos impasses vividos pelo movimento sindical e popular; vai articular na Câmara de Deputados e no Senado um bloco democrático e popular formado pelo PT, PSB, PCdoB, PPS e por todos os parlamentares que se contraponham à política neoliberal; vai retomar as negociações para a constituição de um Fórum Permanente das Oposições, composto pelos partidos de oposição, pela CUT e demais entidades democráticas, com reflexos na luta social e no parlamento.

30. O aprofundamento da oposição ao governo FHC, tendo também em vista as eleições de 1998, vai exigir do Partido a intensificação de seus esforços para, em conjunto com as demais forças oposicionistas, e num diálogo com a sociedade ci-

vil e os movimentos sociais, construir um projeto geral alternativo ao neoliberalismo, capaz de resgatar a utopia do socialismo democrático, articular forças internacionais, particularmente as que participam do Foro de São Paulo e da nova esquerda européia, e apresentar uma alternativa global para o enfrentamento do neoliberalismo em nosso país;

31. Outro objetivo político será viabilizar as administrações petistas, no Estado do Espírito Santo e Distrito Federal, e nas prefeituras conquistadas, de forma a que sejam bem-sucedidas, transformadoras, segundo os princípios do modo petista de governar. Para isso, vai realizar, em março de 97, um seminário sobre reforma do Estado, com base nas experiências de nossas prefeituras, dos governos de Brasília e do ES, na ação de nossos parlamentares e nas formulações gerais do PT. A SNAI e a Fundação Perseu Abramo deverão apresentar à CEN, até a primeira quinzena de janeiro, uma proposta concreta para a realização deste evento.

32. Ainda como parte desse esforço geral, o PT realizará seminário nacional para tratar em profundidade da democratização dos processos eleitorais no país, do quadro eleitoral partidário, fazendo um balanço de todas as disputas enfrentadas até agora, e propondo estratégias gerais, inclusive o aprimoramento de experiências como a do Funam para viabilizar a ação unitária e nacional do Partido nas campanhas eleitorais.

33. Para a próxima reunião do Diretório Nacional, a CEN deverá discutir, organizar e propor à consideração da nossa instância máxima um plano de lutas detalhado a ser desenvolvido durante o ano.”

RESOLUÇÕES APROVADAS PELO DN, ANEXAS AO TEXTO DE CONJUNTURA:

1- Sobre reeleição,
apresentada por Arlindo
Chinaglia e Cândido
Vaccarezza:

O governo tentará aprovar projeto de reeleição durante convocação extraordinária do Congresso. O

Diretório Nacional do PT chama a atenção do conjunto do partido para a gravidade do momento político e orienta todos os diretórios regionais e municipais a manter durante as festas de fim de ano sistemas de plantão voltados para garantir a mobilização partidária no período.

O PT articulará forças sociais e políticas para pressionar a Câmara Federal a derrotar a emenda da reeleição. Com este objetivo adotará as seguintes iniciativas:

a - produzir, para o início do ano, um adesivo autocolante e cartazes com o slogan “reeleição assim é golpe”, de preferência envolvendo outros partidos e entidades democráticas na iniciativa.

b - promover atos dos deputados contrários à reeleição e criar fatos políticos nacionais; a liderança da bancada, juntamente com os deputados da comissão, deverão propor e articular esses atos em contato com CEN.

c - propor à CUT e outras entidades e aos partidos de oposição a organização de

vigília durante a votação da emenda, em janeiro, combinada com outras atividades como:

- greve por uma hora em Brasília;

- carreatas em Brasília;

- organizar a pressão sobre os deputados em suas cidades, divulgando seus telefones;

- organizar panfletagem nacional dia 6 de janeiro;

d - criar comissão do DN para, juntamente com a CEN, acompanhar estas atividades.

e - propor utilização da Internet.

f - envolver os governadores e os prefeitos no esforço de mobilização.

2- Proposta apresentada por Ronald Rocha:

O primeiro semestre de 97 será o momento propício para o aprofundamento da resistência de massas e a retomada da iniciativa política contra o neoliberalismo. Este interregno entre duas campanhas – a recém encerrada de 96 e a próxima de 98 – será a melhor oportunidade para se reorganizar as forças partidárias e redirecioná-las para o

esforço concentrado de capitalizar o nascente descontentamento com os efeitos sociais nocivos da política do governo FHC.

Assim, o DN, de acordo com decisão do Encontro, reiterada em discussões anteriores, decide investir política e organicamente na construção do fórum de forças democráticas nacionais e populares.

Tal evento deverá ser amplo, de espectro antineoliberal, e de massas, voltado para a luta social. Será uma composição de partidos, setores de partidos, entidades representativas, movimentos vários, personalidades e igrejas, em torno da disposição de debater a situação em que se encontra o país e o povo, elaborar uma plataforma unitária e suficientemente sintética para expressar os pontos mais importantes e mobilizadores, e planejar campanhas nacionais.

Caberá à Executiva do DN pautar esta resolução em sua primeira reunião de 1997 e tomar as medidas necessárias a sua implementação, inclusive detalhes, como responsabilidades,

datas, local, reunião de articulação, materiais, etc.

3 - Proposta apresentada por Sávio Bones e Luiz Dulci sobre Fórum Alternativo das Américas:

De 13 a 16 de maio de 1997, realizar-se-á , em Belo Horizonte, o Fórum das Américas. Lá estarão reunidos representantes de governos, entidades empresariais e grandes empresários das três Américas. O ponto central da agenda é a articulação supranacional das políticas neoliberais em nosso continente. Incorporando-se às articulações e esforços já iniciados, o DN conclama todos seus militantes e filiados, a todos os setores democráticos, populares, comprometidos com a justiça social e críticos aos efeitos da política neoliberal, a organizarem eventos paralelos e as mais diversas formas de manifestação que se contraponham às políticas discutidas naquele fórum.

O Fórum alternativo deve debater e aprovar políticas que se contraponham às intenções do capital internacional, políti-

cas de resistência e um calendário de mobilização e luta que aponte no sentido da unidade continental em defesa dos interesses populares, democráticos e nacionais.

3. BALANÇO DAS ELEIÇÕES

Aberta a palavra sobre o tema, fizeram intervenções Olívio Dutra, Lula, Fernando Ferro, João Machado, Joaquim Soriano, Aloízio Mercadante, Raul Pont, Sumara, David Capistrano, e José Dirceu. Encerrada a discussão, o DN deliberou sobre os dois textos básicos apresentados, conforme relatado no ponto 1.

Em votação, o texto apresentado pelos membros da CEN recebeu 34 votos enquanto o texto de Bruno Maranhão e outros foi aprovado por 25 membros do DN. Houve duas abstenções.

A mesa registra que Ivan Valente considerou prejudicada a avaliação das eleições de São Paulo, por julgar necessária ouvir outras opiniões.

**4. ESPÍRITO SANTO
Resolução aprovada**

pelo Diretório Nacional:

Considerando que:

O Diretório Nacional do PT por duas ocasiões tomou a iniciativa de discutir a situação do governo e do partido no Espírito Santo.

Na primeira, em sua reunião de 10 de agosto, caracterizou o quadro político e administrativo do governo do Estado como de cerco político e financeiro por parte do governo federal. Afirmou que a solidariedade ao governo estadual era um dever de todos os petistas. Sem entrar no mérito das medidas anunciadas pelo governador, discordou do teor da exposição de motivos que antecedia as propostas que o Executivo estadual remetera à Assembléia Legislativa. Admitiu que a experiência do Espírito Santo poderia se constituir num laboratório para a formulação de um projeto petista de reforma do Estado. Estabeleceu um acordo pelo qual o governador adiará por 60 dias o envio do projeto de desestatização do Banestes e da Cesan e definiu os seguintes encaminhamentos para o partido no Estado:

• 1 atribuir aos companheiros governadores Vítor Buaiz e Cristóvam Buarque a responsabilidade pela iniciativa de articular, com outros governadores, a defesa do pacto federativo, com o objetivo de constituir um movimento nacional dos Estados para propor um novo pacto de relacionamento com o governo federal.

• 2 constituir um fórum de coordenação política do processo proposto, com a participação do companheiro Vítor Buaiz, do presidente nacional do PT, do presidente do PT estadual, dos líderes do PT no Senado, na Câmara Federal e na Assembléia Legislativa, do líder do governo na Assembléia e dos deputados estaduais e federal petistas eleitos pelo Espírito Santo. Este fórum deveria discutir também as questões polêmicas.

• 3 organizar uma agenda de discussão voltada para a formulação da resposta petista à crise do Estado, tomando como ponto de partida as dificuldades reais presentes no Espírito Santo. Fazer deste Estado o local de concentração das reflexões, das avaliações de

experiências e da aplicação das nossas concepções políticas e administrativas, em contraposição à visão dominante representada no governo federal;

• 4 reconstituir as relações entre as várias correntes e posições internas no PT do Espírito Santo, por intermédio, entre outros meios, de uma instância conjunta voltada para a elaboração de políticas públicas e para a busca do consenso em torno das políticas de governo, com assessoria da direção nacional e sob a direção do DR;

• 5 assumir a crise fiscal como a questão principal e de máxima urgência e colocar todo o patrimônio técnico e político necessário a serviço do objetivo de, juntamente com os companheiros do Partido e do governo, avançar em soluções técnicas e políticas capazes de criar condições para que o governo supere o cerco em que se encontra e se capacite para a viabilização de um novo projeto;

• 6 constituir um Fórum tripartite, com a participação de representantes das CUTs estadual e nacional,

do partido e do governo, para tratar dos temas trabalhistas e sindicais;

• 7 atribuir à CEN a tarefa de acompanhar permanentemente o governo do Espírito Santo, com o objetivo de compartilhar o enfrentamento dos problemas e facilitar a solidariedade do conjunto do partido;

• 8 continuar o debate da questão nas direções estadual e nacional e no Partido, num esforço conjunto pela formulação de paradigmas para os futuros governos petistas.

Na segunda oportunidade em que tratou do assunto, a 19 de outubro, o Diretório Nacional solidarizou-se com os 700 funcionários demitidos do Banestes, nomeou e marcou a reunião da comissão especial para discutir e apontar saídas para a crise do Partido no Espírito Santo. Esta comissão reuniu-se no dia 25 de novembro, quando definiu que continuaria a reunir-se bimestralmente, que o fórum tripartite (movimento sindical, partido e governo) retomaria suas atividades, com participação da CUT Nacional e da

CEN, que se realizasse um seminário sobre reforma do Estado no primeiro semestre de 97 e, ainda, que se avaliaria a proposta feita pela bancada de reuniões quinzenais da Executiva Estadual, com a presença da bancada, de representantes do governo e acompanhamento da CEN. Ficou definida a proposta de que a Executiva Nacional, além de indicar um membro da própria CEN para acompanhar o ES, indicasse um companheiro para acompanhar permanentemente e de forma mais presente o Partido e o governo no Estado.

O resultado deste esforço foi imediatamente anulado pelo vazamento de um rascunho de “ata” que, de forma capciosa, registrava o teor das falas ali realizadas contendo deformações grosseiras.

Diante disso, o Diretório Nacional, depois de avaliar a situação do Espírito Santo, resolve:

1. Indicar um companheiro com a responsabilidade de acompanhar o Partido no Espírito Santo em nome da Direção Na-

cional do partido;

2. Deliberar pela realização de reuniões quinzenais da Executiva Estadual, com a participação da bancada e de representantes do governo, com acompanhamento da CEN;

3. Deliberar pela realização, durante o mês de março de 1997, de um seminário sobre reforma do Estado, a ser coordenado, em conjunto, pela SNAI, pela Fundação Perseu Abramo e pelo responsável pelo acompanhamento do ES em nome da CEN, tendo como base as experiências político-administrativas dos governos do Espírito Santo e Distrito Federal, as experiências das prefeituras petistas e o acúmulo teórico-político do partido. Com base nas discussões do seminário, o DN tomará posição sobre reforma do Estado e sobre o mérito das medidas propostas pelo governador Vítor Buaiz.

4. Criar uma Comissão de Ética com a tarefa de, no prazo de três meses, apurar todas as responsabilidades pela publicação da suposta “ata” da reunião de 25 de novembro.